

08 MAI 1961

É preciso ousar

A redução da jornada de trabalho autoconcedida pelo corpo docente das escolas públicas do Distrito Federal é a prova daquilo que, em outra oportunidade, focalizamos aqui: o nosso sistema escolar público faliu e os ônus da sua recuperação são muito elevados. Por que não inovar agora, partindo-se para outro modelo de administração da escola fundamental?

A Constituição não obriga o poder público a gerir a escola fundamental, mas obriga a assegurá-la a toda a população em idade escolar. Ora, se o Estado não conseguiu administrá-la, levando-a à falência pedagógica e física, como ocorre no Distrito Federal e em quase todo o País, e se eventual tentativa de resgatar o modelo revela-se excessivamente onerosa e sem garantia de êxito, o melhor que se tem a fazer é privatizar a gestão, mantendo-se o Estado no estrito limite da sua responsabilidade constitucional, qual seja, a de garantir que toda criança tenha acesso, gratuitamente, à escola fundamental.

A escola fundamental do Distrito Federal poderia ser cedida aos professores para que constituídos como empresa privada, a explorassem. Dezenas de pequenas empresas surgiriam no contexto desse programa em face de facilidades que o poder público poderia oferecer, como a cessão, por aluguel, da base física instalada. O Estado figuraria como financiador, não da escola, que teria de ingressar

nos riscos inerentes à livre empresa, mas do aluno, ao qual seria entregue mensalmente o cheque da mensalidade escolar. O modelo terá efeitos pedagógicos imediatos, pois cada aluno, de posse do cheque, optaria livremente pela escola que lhe convier, forçando pela concorrência a melhoria do nível do ensino e absolvendo o Estado dos ônus que enfrenta agora.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal não perderia função. Ao contrário, restabeleceria a sua autoridade normativa agora ferida pela impossibilidade que sofre de prover a escola dos meios físicos de que necessita. Sem poder fazer a escola funcionar, porque os professores estão permanentemente em greve, ou porque chove na sala de aula, ou os sanitários estão interditados, a Secretaria de Educação não tem podido, evidentemente, cuidar do rigor pedagógico que deve ser inerente à escola fundamental, base e alicerce de toda a formação futura dos alunos.

Não se deve ter medo de ousar. O Brasil está precisando de soluções ousadas, mas responsáveis. O Governo Federal tem incursionado com êxito por esse caminho, abrindo-o para que outros o sigam. Por que não segui-lo?

Escolas privadas, rigorosamente normatizadas pelo poder público, têm muito mais emulação do que a escola pública. Esta é modorrenta e, conceitualmente, ineficiente.